PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO –ELEIÇÕES 2018 –NÃO ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA PARA RECEBIMENTO DE OUTROS RECURSOS DA CAMPANHA –PAGAMENTO NÃO COMPROVADO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO –NÃO COMPROVAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE SOBRAS DE CAMPANHA - COCIN MANIFESTA-SE PELA DESAPROVAÇÃO –PARECER MINISTERIAL PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS –CONTAS DESAPROVADAS.

1. A não abertura de conta bancária específica para a campanha consiste em vício grave e insanável, que descumpra requisito essencial ao exame das contas, corrompendo a confiabilidade e gerando a desaprovação, pela impossibilidade de fiscalização e comprovação da ausência de movimentação financeira.
2. Assistem razão, da mesma forma, a destacada Unidade Técnica e a douta Procuradoria Regional Eleitoral quanto à aplicação do art. 82, §1º e do art. 19, §2º, da Resolução TSE nº 23.553/17, para determinar o recolhimento ao Tesouro Nacional dos valores referentes à contratação de prestação de serviços, com pagamento não comprovado, e dos valores referentes à ausência de efetiva comprovação da devolução de sobras de campanha.
3. Em razão da não apresentação do recibo de pagamento, e não sendo possível identificar, através dos extratos eletrônicos e dos extratos bancários apresentados pela candidata, o destinatário do cheque no valor de R\$ 400,00, não se torna possível aferir se o referido recurso foi, de fato, destinado ao pagamento do contratado.
4. A apresentação da "Guia de Recolhimento da União –GRU" e da cópia simples do cheque para pagamento desse valor (ID 1962295) por parte da candidata, por si só, não comprova de forma satisfatória a devolução das sobras de campanha, *"uma vez que na GRU não consta autenticação bancária e não foi apresentado outro documento do banco que comprove o recolhimento do citado valor ao Tesouro Nacional, permanecendo a pendência apontada"*
5. ~~C o n t~~ DESAPROVADAS, nos termos do inc. III do art. 30 da Lei das Eleições, determinação da devolução dos valores de R\$ 400,00 e R\$ 136,80 ao Tesouro Nacional, referentes, respectivamente, à despesa não comprovada e à sobra de campanha não devolvida, uma vez que os referidos recursos financeiros são exclusivamente de origem estatal.

Vistos etc.

Resolvem os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, julgar desaprovada a prestação de contas, com ressalvas, nos termos do voto do eminente Relator.

Sala das Sessões, 09/03/2020.

DR. LYRÍO REGIS DE SOUZA LYRIO, RELATOR

Documentos da DG

Portarias

PORTARIA Nº 150, DE 29.04.20

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, na forma que lhe faculta o art. 94, XXXIII, do Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal e conforme autos de protocolo 0000202-07.2020.6.08.8000,

RESOLVE

DELEGAR ao Chefe da Seção de Assistência à Saúde e Programas Sociais (SASP) a competência prevista no inciso XXV do art. 94 da Resolução TRE/ES nº 705/2007 (Regimento Interno da Secretaria), ou seja, conceder as licenças de que tratam os arts. 83, 202, 207, 208, 210 e 211 da Lei nº 8.112/90.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
DIRETOR GERAL

CORREGEDORIA ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

ZONAS ELEITORAIS

5ª Zona Eleitoral

Editais

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 045/2020

PROCESSO PJe Nº PETIÇÃO CÍVEL - 0600020-95.2020.6.08.0005 - MIMOSO DO SUL - ESPÍRITO SANTO